



## **A verificação de voluntariedade para homologação do acordo de não persecução penal: pesquisa empírica nas varas criminais de Goiânia/GO**

**\*Camylla Moreira da Paz<sup>1</sup>(IC)**

Universidade Estadual de Goiás, Campus Metropolitano, Ap. de Goiânia-GO.

Hodiernamente, a Justiça Criminal Negocial expande-se no processo penal. Adentrando-se, paulatinamente no ordenamento jurídico brasileiro, sendo o ANPP um dos exemplos de tal avanço e modernização. Destaca-se, que a aplicação de tais mecanismos requer, de forma indispensável, a consensualidade, pois tais acordos suprimem garantias processuais, com o objetivo de alcançar a celeridade, a eficiência e, em especial, buscam evitar o desenvolvimento de um processo. Nessa conjuntura, questões como da devida informação, adequação e voluntariedade durante o aceite do acordo por parte do autor do fato são de extrema relevância. Assim propõe-se a presente pesquisa, a qual será realizada, através de revisão bibliográfica e pesquisa empírica, com o objetivo de observar a realização do controle judicial na homologação do acordo de não persecução penal. Nesse cenário, questiona-se: como tem ocorrido na prática das varas criminais de Goiânia/GO o controle da voluntariedade do imputado na homologação do ANPP? Em geral, tem sido realizada a audiência determinada pelo CPP? Na audiência, qual é o procedimento adotado?. Diante disso, formula-se as seguintes hipóteses: Apesar da Lei 13.964/2019 prever a realização de audiência para homologação do acordo, nos casos em que há audiência, inexistem um roteiro padrão de instruções a serem seguidas.

Palavras-chave: Justiça Criminal Negocial. Acordo de não persecução penal. Consensualidade. Voluntariedade.

### **Introdução**

O Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) é mais um instituto que viabiliza a perpetuação da Justiça Criminal Negocial no ordenamento jurídico brasileiro, em conjunto com os institutos inaugurados pela Lei 9.099/95, a saber, Composição de

---

<sup>1</sup> camyllapaz@aluno.ueg.br



Danos, Transação Penal e Suspensão Condicional do Processo, assim também, como a Delação Premiada e Colaboração Premiada, Lei 12.850/2013.

Elucida-se, que tais institutos apresentam singularidades, como requisitos próprios, entretanto, compartilham entre si o efeito mitigador do Princípio da Obrigatoriedade da Ação Penal. Dessa forma, ambos foram criados com objetivos semelhantes, a título exemplificativo, o combate a morosidade do Poder Judiciário e angariar por uma justiça mais célere e eficiente.

Como bem elucida Rodrigo Leite Ferreira Cabral (2020), na justiça adversarial, tradicionalmente empregada, “verifica-se, que os casos que efetivamente chegam às Varas Criminais têm, normalmente, tramitação morosa e sofrem com um infindável número de incidentes e dificuldades burocráticas”.

Neste contexto, observou-se a necessidade da criação de um mecanismo capaz de tutelar os delitos com média gravidade, pois os de menor potencial ofensivo eram reservados aos institutos previstos na Lei 9.099/95. Assim, criou-se o Acordo de Não Persecução, o qual foi inicialmente instaurado pelo artigo 18 da Resolução nº 181/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Enfatiza-se, que a instauração do mencionado instituto gerou um verdadeiro imbróglio, em virtude de questionamentos sobre a sua constitucionalidade. Ressalta-se, que foram impetradas ADI 's pela Associação de Magistrados do Brasil (AMB) e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), respectivamente, ADI nº 5.790 e ADI nº 5.793.

Posteriormente, no ano de 2019, em virtude da Lei 13.964, de codinome “Pacote Anticrime”, impôs diversas alterações ao Código Processual Penal (CPP). Enfatiza-se, que uma delas foi a inserção do artigo 28-A, responsável por inserir o Acordo de Não Persecução Penal, ensejando em uma “forte mudança cultural”, segundo Rodrigo Leite Ferreira Cabral (2020).

(...)o art. 28-A, do Código de Processo Penal, em que o objetivo principal é permitir ao investigado ou ao acusado a aceitação de condições legalmente previstas e oferecidas pelo Ministério Público, para o fim de não ser processado e eventualmente condenado pela prática do suposto delito. Com isso, aquele que negocia e aceita os termos propostos pelo Parquet, tem por obrigação o cumprimento integral das condições para que não se



inaugure o processo penal, ocasionando, por consequência, a extinção de sua punibilidade no tocante àquele fato. (BIAGI, DAGUER; SOARES, 2022,p.88)

O novel legislativo, é responsável por estabelecer os requisitos e as hipóteses em que serão inaplicáveis o acordo, apresenta as condições que devem ser cumpridas e os efeitos. Desse modo, cuida-se de toda a formalização, regularizando desde o oferecimento até a homologação judicial.

Pontua-se, que o Acordo é passível de controle judicial, a própria legislação atentou-se em criar instrumentos para concretizá-lo. Assim, prever a Audiência Judicial para análise da voluntariedade do agente e da homologação.

Conforme artigo 28-A do CPP, configura-se em requisitos a confissão formal e circunstancial, que a infração penal seja despida de violência ou grave ameaça, que a pena cominada seja inferior a 4 anos, além do acordo mostrar-se necessário e suficiente para prevenção e reprovação do crime.

Ademais, faz-se oportuno observar os requisitos de validade, os quais segundo Vinicius Gomes Vasconcellos (2022, p.104), consistem em “elementos para verificação do efetivo consentimento do autor do fato, existência de elementos mínimos para suportar tal decisão e sua concordância com os fatos imputados”.

(...) o acordo é legítimo se for aceito pelo acusado em condições de liberdade voluntária, sem pressões ou coações, com conhecimento de seus termos e de suas consequências, especialmente a renúncia a direitos fundamentais, como à defesa e ao contraditório, além de, por fim, apresentar uma base fática mínima para atestar sua adequação ao caso”.(VASCONCELLOS, 2018,p.89)

Salienta-se, que o requisito da validade subdivide-se em voluntariedade, inteligência e adequação ou exatidão, assim, tais pressupostos devem estar presentes para que se possa reputar válido a formalização do acordo.

Conforme Vladimir Aras (2017, p.286), o “consentimento informado (consciente) e voluntário e assistência da defesa são essenciais em acordos penais pois, ao negociar, o acusado renuncia ao direito a julgamento ordinário e ao direito de apelar”.

Nesse contexto, diante da imprescindibilidade do atendimento a tais requisitos, faz-se relevante observar sua aplicação na prática jurisdicional das Varas



Criminais situadas no município de Goiânia-GO. Destaca-se, que o presente trabalho atém-se aos requisitos da validade, mais especificamente na verificação da voluntariedade durante a homologação do ANPP.

### Material e Métodos

A pesquisa será realizada, inicialmente, por meio de revisão bibliográfica, a partir de levantamento realizado nos principais indexadores (Scielo e Scopus) e bibliotecas na temática de ciências criminais (bibliotecas do STF e do IBCCRIM).

Além disso, será realizada pesquisa empírica para verificação das rotinas práticas de realização do controle judicial na homologação do acordo de não persecução penal, conforme as seguintes etapas:

- Realização de entrevistas semiestruturadas com juízes e juízas das Varas Criminais da Comarca de Goiânia para questionar os procedimentos adotados e os posicionamentos sobre o controle judicial do ANPP, especialmente para verificar se há a realização de audiência, conforme determinado pelo CPP, a partir dos seguintes questionamentos: A homologação do acordo de não persecução penal tem ocorrido em audiência oral ou a partir de análise dos autos (documentos escritos, gravações, etc.)? Qual é a função do/a juiz/a na homologação do ANPP? Como se dá a verificação da voluntariedade do autor/a do fato para aceitar a proposta de ANPP? De quem é o dever de assegurar a voluntariedade e a informação ao autor/a do fato? Advogado/a, MP, juiz/a, todos? Existe algum roteiro de instruções e perguntas a serem realizadas ao autor/a do fato na audiência de homologação do ANPP?
- Nas varas em que houver a realização de audiências para homologação de ANPP, serão acompanhadas 10 audiências para preenchimento de



formulário estruturado com o objetivo de verificar o procedimento do ato, as instruções e perguntas realizadas ao autor/a do fato, o qual conterà os seguintes quesitos: o número do processo; data da audiência; vara criminal; nome do/a juiz/a, o nome do/a autor/a do fato; tipo de defesa técnica (constituído, defensor/a público ou dativo); preso ou em liberdade; o data do fato; crime imputado o juiz/a instruiu o/a autor/a do fato com informações e explicações sobre o acordo? quais? o que é o ANPP; condições previstas; consequências; hipóteses de rescisão; utilização da confissão; acesso ao inquérito; provas existentes; alternativas e riscos em caso de não realização do ANPP; o/a autor/a do fato fez alguma pergunta? qual? o juiz/a questionou o/a autor/a do fato sobre sua voluntariedade? quais perguntas foram realizadas?

## Resultados e Discussão

Elucida-se, que o resultado, proveniente da observação da realização ou não da Audiência de homologação será obtido através da realização da pesquisa empírica nas varas criminais do município de Goiânia-GO.

Nesse contexto, nas Varas em que realizam a Audiência de homologação, caso não haja um roteiro imposto, será elaborado um roteiro padrão de instruções a serem seguidos pelo(a)s juristas, o qual contemplará perguntas as quais devem ser formuladas com o intuito de verificar a voluntariedade do autor do fato.

## Considerações Finais

Embora a Lei 13.964/2019 tenha imposto a necessidade da realização de audiência para homologação do acordo, há juízes/as que não têm realizado o ato,



desempenhando-se o controle somente por escrito.

Nessa conjuntura, torna-se importante uma análise minuciosa da homologação do Acordo de não persecução penal, observando-se a aplicação dos preceitos normativos na prática judicial.

## Referências

BIAGI, Talita Cristina Fidelis Pereira; DAGUER, Beatriz; SOARES, Rafael Junior. A necessidade de confissão como requisito para o acordo de não persecução penal e as repercussões produzidas no processo penal e nas demais esferas do direito. **REDP**. Rio de Janeiro,RJ, 23.vol. pág 86-114, jan a abril 2022.

CABRAL, Rodrigo Leite Ferreira. **Manual do Acordo de não persecução penal: à luz da Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime)**. Salvador, BA: Juspodivm, 2020.

CUNHA, Rogério Sanches; BARROS, Francisco Dirceu Barros; SOUZA, Renee do Ó. **Acordo de não persecução penal**. Salvador, BA: Juspodivm, 2017.

VASCONCELLOS, Vinicius Gomes de. **Acordo de não persecução penal**.São Paulo, SP: Thomson Reuters Brasil, 2022.

VASCONCELLOS, Vinicius Gomes de. **Barganha e justiça criminal negocial**. 2ª ed. Belo Horizonte,MG: D'Plácido, 2018.

## REALIZAÇÃO

PRG  
Pró-Reitoria de  
Graduação

PRP  
Pró-Reitoria de  
Pesquisa e  
Pós-Graduação

PRE  
Pró-Reitoria de  
Extensão e  
Assuntos Estudantis



Universidade  
Estadual de Goiás



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



## **BIOGRAFIAS CRUZADAS DOS ARQUITETOS DE HITLER: quem projetou os Campos de Concentração Nazistas?**

**Eduardo Assis Carvalho<sup>1</sup>; Pedro Henrique Máximo<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> (IC) Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo, PIBIC/CNPq, Campus de Ciências Exatas e Tecnológicas, UEG. Email: carvalhoassiseduardo@hotmail.com

<sup>2</sup> (PQ) Orientador e Docente no curso de Arquitetura e Urbanismo, Campus de Ciências Exatas e Tecnológicas, UEG.

Universidade Estadual de Goiás Br 153 Quadra Área Km 99 Zona Rural, Anápolis - GO, 75132-903.

Resumo: A presente pesquisa tem como tema a organização profissional envolvida na concepção e construção dos Campos de Concentração Nazi (KL) durante a Alemanha Nazista, com foco no Complexo de Auschwitz. Buscou-se levantar as profissões (arquitetos, engenheiros, agrônomos, construtores e etc.), nome dos profissionais, entidades civis ou paramilitares, como a *Organization Todt* (OT) e *Schutzstaffel* (SS), além de empresas privadas como IG Farben e Topf & Sons, que foram fundamentais para a consolidação do Holocausto como política de extermínio nazista. A estrutura montada para dar cabo à solução final segue os mesmos princípios presentes em fábricas de modelo fordista e todo o aparato técnico utilizado foi realizado por sujeitos que pouco a pouco construíram o genocídio em massa. Por ter sido um fenômeno ao mesmo tempo trágico e simbólico do fascismo/nazismo, a construção dos KL é um alerta para os perigos que essa ideologia representa para aqueles que são sujeitos a ela.

Palavras-chave: Campos de concentração; Arquitetura; Profissionais; Auschwitz.

### **Introdução**

A pesquisa realizada busca apontar os profissionais envolvidos na concepção e construção dos Campos de Concentração Nazi (KL). Nesse sentido foram



catalogados nomes de diversos sujeitos, bem como profissões, entidades públicas e privadas que fizeram parte do escopo necessário para a realização do extermínio em massa de maneira profissional e eficiente. Além disso é realizada uma discussão em torno dos conceitos de modernidade e holocausto, partindo da posição que ambos estão diretamente ligados (BAUMAN, 1998).

As fontes utilizadas são abrangentes e gerais. As que tangenciaram a relação entre modernidade e holocausto são de Zygmunt Bauman (1998), a história da Segunda Guerra com Antony Beevor (2015) e do holocausto com Laurence Rees (2018), além de Robert Wistrch (1995) para detecção da organização das agências e o aspecto biográfico dos integrantes na Alemanha Nazista. Já a bibliografia especializada nos KL são Eugen Kogon (2005), Nikolaus Wachsmann (2015), parceria de Wachsmann com Jane Caplan (2009), o texto de Kim Wünschmann (2016) e Charles Dick (2021). Já em relação a bibliografia existente em relação ao Complexo de Auschwitz temos Jean-Claude Pressac (1989), Debórah Dwork e Robert Jan van Pelt (1996; 2006) e Pelt (1994; 2002; 2014); Israel Gutman e Michael Berenbaum (1998), Paul Jaskot (2014; 2017), Olga Lengyel (2018) e Primo Levi (1988). Por fim descam-se ainda os documentos da *Encyclopedia of Camps and Ghettos 1933-1945* (2009; 2012) e *Encyclopaedia Judaica* (2007); além de consulta aos acervos disponíveis virtualmente pela *The United States Holocaust Memorial Museum*; *Yad Vashem Holocaust Museum* e, por fim, *Auschwitz-Birkenau State Museum*.

## Material e Métodos

Foi realizado um levantamento da literatura existente, de documentos, fontes



e dados fundamentais para a pesquisa, que por fim foram organizados em gráficos e tabelas. Os resultados obtidos ganharam tratamento gráfico e resultaram em:

- Tabela realizada no Excel com informações coletadas dos campos e subcampos do complexo de Auschwitz;
- Linha do tempo, realizada no CorelDraw, da criação de todos os campos e subcampos pertencentes ao Complexo de Auschwitz;
- Tabela feita no Excel dos diretores dos campos e subcampos do Complexo de Auschwitz.

## Resultados e Discussão

Os resultados obtidos podem ser divididos em duas escalas de análise: os KL que foram edificados na Alemanha Nazista como um todo e outro focado no Complexo de Auschwitz.

### Os Campos de Concentração Nazi (KL)

Os Campos de Concentração Nazi (KL) existiam na Alemanha desde 1933 e serviam inicialmente como prisão de adversários políticos do Partido Nazista (WÜNSCHMANN, 2016; WACHSMANN, 2015). A partir da Segunda Guerra Mundial os KL passaram a desempenhar um papel econômico, com a utilização de trabalho forçado, e ideológico, na execução em massa de populações indesejadas pelo regime (judeus, comunistas, ciganos, homossexuais e etc.). As principais entidades profissionais civis e militares responsáveis pelos KL eram a *Schutzstaffel* (SS) e *Organization Todt* (OT). Empresas privadas como IG Farben e Topf & Sons foram fundamentais na exploração da mão de obra forçada e na construção dos KL.



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



A SS era liderada por Henrich Himmler, agrônomo pela *Technische Universität München* em 1922, que foi o braço direito de Hitler e ajudou a idealizar os KL (KNOWLES, 2014). Já a OT era uma empresa de construção fundada pelo engenheiro Fritz Todt, que desempenhou papel fundamental na construção e administração de alguns KL, como os subcampos de Kaufering e Muhlendorf que faziam parte do complexo de Dachau (DICK, 2021). Os funcionários da OT participavam da violência contra os prisioneiros dos campos que administravam, exercendo punições e execuções, além de realizar seleções dos mais fracos a serem destinados para Auschwitz.

Outros profissionais que também tiveram importância dentro da estrutura nazista dos KL: Wilhelm Kreis, arquiteto e presidente da Câmara de Belas Artes do Reich; Paul Troost, arquiteto oficial nos primeiros anos do Reich; Leonhard Gall que trabalhou para Troost; Ernst Sagebiel, subordinado a Hermann Goring (líder do Partido Nazista); Rudolf Wolters, subordinado a Albert Speer; Roderich Fick que foi responsável pela construção de quartéis para a SS e Hermann Giesler que fazia parte da OT. Alguns nomes tiveram uma participação limitada, como Paul Troost que morreu em 1934, ou pouca informação foi encontrada que detalhassem melhor o papel de cada um na construção dos KL.

### **Complexo de Auschwitz**

O Complexo de Auschwitz era formado por 3 campos principais, Auschwitz I, Auschwitz II – Birkenau e Auschwitz III – Monowitz, e mais 46 subcampos. Toda a estrutura montada visava abastecer e manter o complexo com provisões, além de manter de maneira contínua a produção para o esforço de Guerra. Foi criado em 1940 utilizando-se um antigo quartel de artilharia existente na cidade de Auschwitz. A partir de então uma série de arquitetos, engenheiros, agrônomos e construtores foram



responsáveis pela construção e aperfeiçoamento dos KL do complexo. Na tabela abaixo é possível ver um resumo desses profissionais.

**Tabela 1 - Quadro profissional de engenheiros e arquitetos que conceberam e executaram o Complexo de Auschwitz. Elaborado por Eduardo Carvalho e Pedro Henrique Máximo, 2022.**

Profissional	Nacionalidade e Formação	Projetos envolvidos
<b>Kurt Prüfer</b> (1891-1952)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Erfurt - Alemanha</li> <li>Construtor pela Kunstgewerbeschule Erfurt (Escola de Artes e Ofícios)</li> <li>Engenheiro Estrutural pela Königliche Baugewerkschule Erfurt (1908)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Trabalhou para a empresa Topf &amp; Sons e foi responsável pelo projeto, instalação e manutenção dos fornos para os crematórios dos KL Auschwitz, Buchenwald, Dachau, Groß Rosen, Mauthausen e Gusen.</li> </ul>
<b>Georg Werkmann</b> ( )		Projetou os primeiros crematórios de Birkenau <sup>1</sup>
<b>Paul Blobel</b> (1894-1951)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Potsdam – Alemanha</li> <li>Arquiteto pela Baugewerkschule Barmen-Elberfeld (1913-14/19-20)</li> </ul>	
<b>Karl Bischoff</b> (1897-1950)		<ul style="list-style-type: none"> <li>Chefe dos arquitetos e engenheiros da <i>zentralbauleitung</i>.</li> </ul>
<b>Hans Kammler</b> (1901-1945)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estetino - Polônia</li> <li>Engenheiro pela Technische Universität Danzig (1923)</li> <li>Dr em engenharia pela Gottfried Wilhelm Leibniz Universität Hannover (1932)</li> </ul>	
<b>Hans Stosberg</b> (1903-1989)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lennepe - Alemanha</li> <li>Urbanista e Arquiteto - Gottfried Wilhelm Leibniz Universität Hannover (1928)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Planejou 13 comunidades na região de Auschwitz</li> <li>Projetou a nova cidade para Alemães em Auschwitz</li> </ul>
<b>Fritz Ertl</b> (1908-1982)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Breitbrunn - Áustria</li> <li>Arquiteto pela Bauhaus (1931)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Em 1940, junto com Walter Dejaco, é responsável pela reconversão dos galpões da cavalaria e armazéns de pólvora em KL.</li> <li>Projetou Birkenau em 1941 com 180 barracões para 10 mil prisioneiros.</li> <li>Projetou as instalações dos barracões de Birkenau;</li> <li>Projetou a ampliação de Auschwitz durante o ano de 1941.</li> </ul>
<b>Lothar Hartjenstein</b> (1908–1994)		
<b>Walter Dejaco</b> (1909-1978)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mühlau Innsbruck - Áustria</li> <li>Innsbrucker Bauschule (1930)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Em 1940, junto com Fritz Ertl, é responsável pela reconversão dos galpões da cavalaria e armazéns de pólvora em KL.</li> <li>Responsável pelo projeto sanitário do campo;</li> <li>Projetou um dos crematórios para incinerar corpos em decomposição já enterrados nas valas;</li> </ul>

**Referências: (1) STIMPEL, 2011; (2) KNOWLES, 2014;**

Nomes como Fritz Ertl, Walter Dejaco, Hans Stosberg e Karl Bischoff se destacaram nesse processo. Além da construção dos KL em Auschwitz, chegou a ser

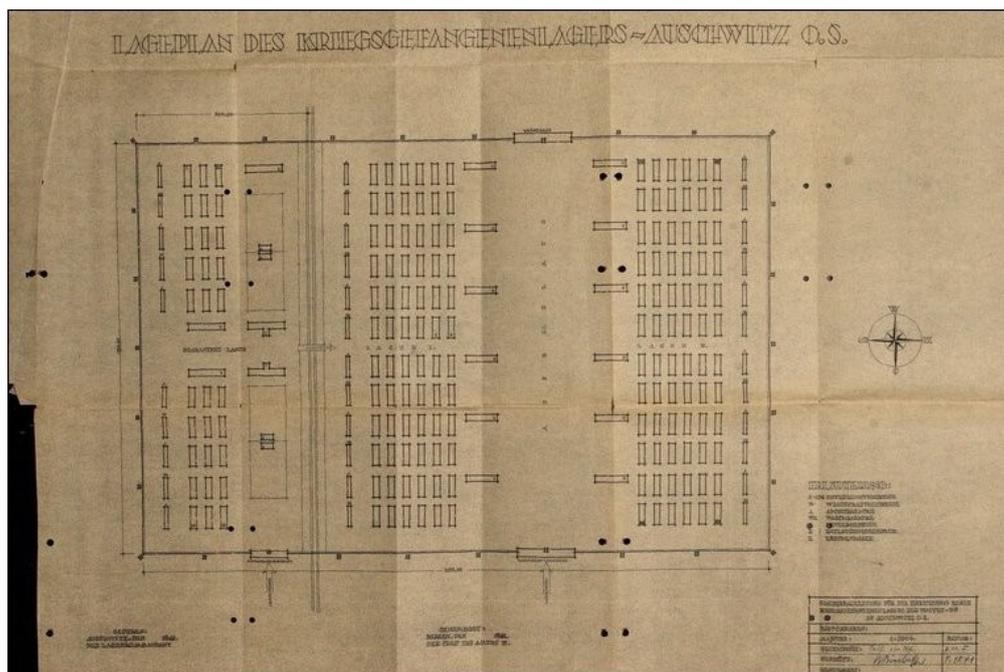


planejado uma nova cidade que viria a aumentar a existente, incluindo novos bairros e um espaço para os oficiais da SS (KNOWLES, 2014). O plano urbano foi projetado por Hans Stosberg que realizou o projeto entre 1941 e 1943. Nunca chegou a ser executado de fato, sendo construído apenas uma etapa que visava contemplar a indústria de produtos químicos IG Farben (STIMPEL, 2011).

Comandado por Karl Bischoff (KNOWLES, 2014), Fritz Ertl e Walter Dejaco foram responsáveis por projetar Auschwitz II- Birkenau. Em 1941 os projetos foram apresentados, delimitando uma grande área destinada a barracões de madeira (estábulo adaptados para os prisioneiros do campo), quartéis da SS feitos de tijolos e posteriormente os crematórios com as câmaras de gás (STIMPEL, 2011). As *koias*, como eram chamadas as beliches dos barracões, eram padronizadas e um espaço pequeno acomodava em média 4 prisioneiros.

Walter Dejaco viajou ainda para o KL de Kulmhof/Chelmno acompanhando o Comandante Rudolf Hoss, tendo contato com o também arquiteto Paul Blobel, especialista na eliminação de cadáveres enterrados, que forneceu informações para Dejaco construir crematórios para corpos em decomposição em Auschwitz e assim preservar a água potável que ia para a cidade (IDEM, 2011).

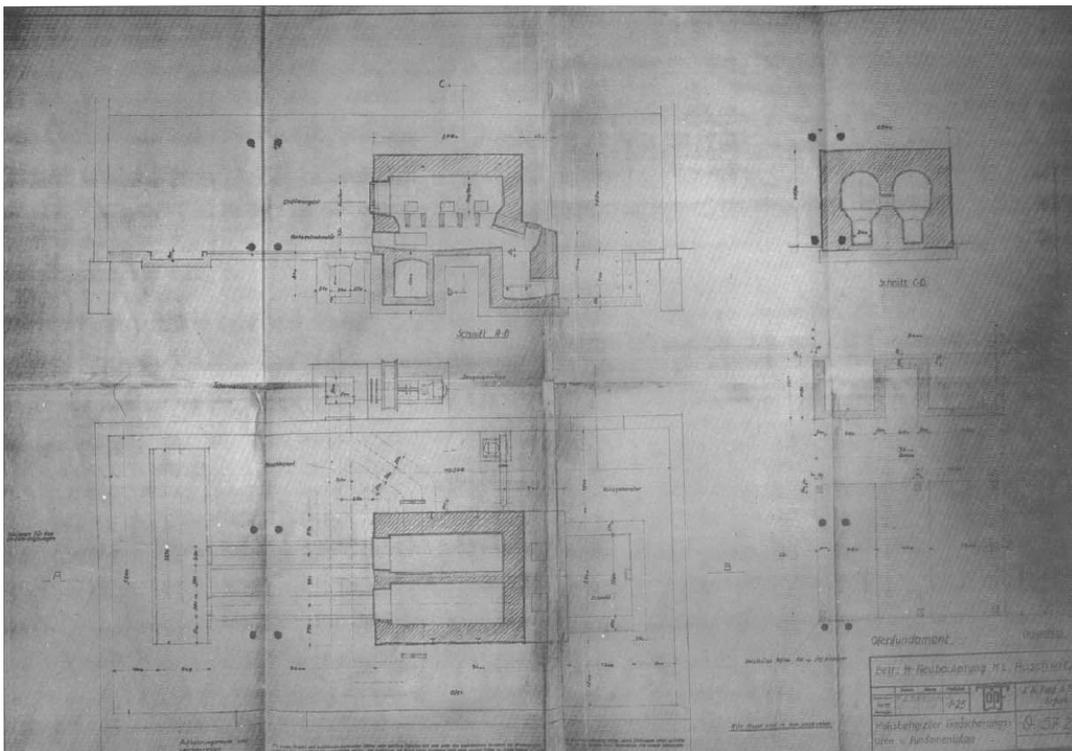
Os crematórios foram produzidos pela empresa privada *Topf & Sons*, e tinham modelo próprio que atendiam a Auschwitz, como o “D-57253 modelo Auschwitz” e um sistema econômico de refrigeração dos fornos com “placas de grelha refrigeradas a ar para queima de grelha mecânica” (PRESSAC, 1989). Além disso a empresa IG Farben construiu fábricas dentro de Monowitz, explorando ao máximo a mão de obra forçada para a produção de borracha sintética (STIMPEL, 2011).



**Imagem 1:** Uma das primeiras plantas para o uso de Birkenau como campo de concentração para 100.000 presos, datada de 7 de outubro de 1941. Arquitetos Fritz Ertl. Assinado por Reichsführer SS Heinrich Himmler (iniciais) e Oberführer Hans Kammler. Fonte: Arquivos do Yad Vashem



**Imagem 2:** Portão principal de Birkenau. Fonte: auschwitz.org.



**Imagem 3:** Desenho técnico do forno modelo D-57253 utilizado em Auschwitz II- Birkenau.  
Fonte: PRESSAC, 1989, p. 109.

## Considerações Finais

A partir da pesquisa realizada é possível saber quem foram os responsáveis pela construção dos KL. Nomes como Heinrich Himmler (agrônomo), Hans Stosberg (arquiteto), Walter Dejaco (arquiteto), Fritz Ertl (arquiteto), Albert Speer (arquiteto), Fritz Todt (engenheiro), e uma série de outros profissionais, personalizam a responsabilidade dos crimes contra a humanidade que foram cometidos dentro dos KL. Além disso empresas, entidades públicas e privadas fazem parte do arranjo



necessário para promover a construção e expansão dos KL, como a *SS, OT, IG Farben e Topf & Sons*. É possível perceber uma rede complexa de criação dos KL, que foi amplamente e sistematicamente planejada e melhorada ao longo dos anos, tendo fim apenas em 1945. A partir disso é possível perceber que as técnicas empregadas ali são base da modernidade, provando que o Holocausto foi uma extensão da sociedade moderna (BAUMAN, 1998).

## Agradecimentos

Os agradecimentos vão para o Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Goiás adjunto ao CNPq. Ao professor orientador Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira e a colega de pesquisa Mariana Santos Bernardes.

## Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- CAPLAN, Jane; WACHSMANN, Nikolaus (org.). **Concentration Camps in Nazi Germany**. Nova York: Routledge, 2009.
- DICK, Charles. **Builders of the Third Reich: the Organization Todt and Nazi Forced Labour**. Londres: Bloomsbury Academy, 2021.
- DWORK, Debórah; PELT, Robert Jan van. **Auschwitz, 1270 to the Present**. WW Norton & Company, 1996.
- DWORK, Debórah; PELT, Robert Jan van. Auschwitz. In: SKOLNIK, Fred; BERENBAUM, Michael. **Encyclopaedia Judaica**. Vol. 2. Farmington Hills: Macmillan Reference 2007, p. 661-673.
- GUTMAN, Israel; BERENBAUM, Michael (Ed.). **Anatomy of the Auschwitz death camp**. Indiana University Press, 1998.



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



JASKOT, Paul B. **Architecture of the Holocaust**. Washington: United States Holocaust Memorial Museum, 2017.

JASKOT, Paul B.; KNOWLES, A.; HARVEY, C. 'Visualizing the Archive: Building at Auschwitz as a Geographic Problem', in KNOWLES, A.K.; COLE, T; GIORDANO, A. (eds). **Geographies of the Holocaust**. Bloomington: Indiana University Press, 2014, p. 158–91.

KNOWLES, Anne Kelly; COLE, Tim; GIORDANO, Alberto (Ed.). **Geographies of the Holocaust**. Bloomington: Indiana University Press, 2014.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

MARCUSE, Harold. Architecture and Auschwitz. **Journal of Architectural Education**. 1995 Nov 1;49(2):123-8.

PELT, Robert Jan van. Auschwitz: From Architect's Promise to Inmate's Perdition. **Modernism/modernity**, v. 1, n. 1, p. 80-120, 1994.

PELT, Robert Jan van. Sinnreich erdacht: machines of mass incineration in fact, fiction, and forensics. In: Élisabeth Anstett & Jean-Marc Dreyfus (org.). **Destruction and human remains**, Manchester University Press, 2014, p. 117,

PELT, Robert Jan van. **The case for Auschwitz**: evidence from the Irving trial. Bloomington: Indiana University Press, 2002.

**Planos alemães para a expansão de Auschwitz parte I e II**. Auschwitz.org, 2011. Disponível em: <<https://www.auschwitz.org/muzeum/aktualnosci/wystawa-czasowaniemieckie-plany-rozbudowy-auschwitz,1340.html>> Acesso: 03/10/2022.

PRESSAC, Jean-Claude. **Auschwitz**: Technique and operation of the gas chambers. New York: The Beate Klarsfeld Foundation, 1989.

REES, Laurence. **O Holocausto**: uma nova história. São Paulo: Vestígio, 2018.

STIMPEL, Roland. **Tiefpunkt der Architekturgeschichte**. Deutsches Architektenblatt, 2011. Disponível em: <<https://www.dabonline.de/2011/12/01/tiefpunkt-der-architekturgeschichte/>> Acesso: 03/10/2022.

WACHSMANN, Nikolaus. **A História dos Campos de Concentração Nazi**. 1. ed. [S. l.]: Dom Quixote, 2015. 856 p.

WISTRICH, Robert S. **Who's Who in Nazi Germany**. Nova York: Routledge, 1995.

WÜNSCHMANN, Kim. **Antes de Auschwitz**: os judeus nos campos de concentração antes da Segunda Guerra Mundial. Lisboa: Edições 70, 2016.



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



## **Cidades globais e arquitetura do espetáculo: concursos e estratégias midiáticas em Paris e Berlim no limiar do século XXI**

Israel Adorno do Carmo, Estudante (IC)\* israeladorno16@gmail.com, Sandra C. Pantaleão Resende, Pesquisador (PQ), sandra.resende@ueg.br

Universidade Estadual de Goiás

**Resumo:** A presente pesquisa refere-se a análise da dinâmica urbana de Paris e Berlim entre 1970-2010, sob a visão dos textos do arquiteto Rem Koolhaas que pôde observar a evolução mercadológica entre cidade e arquitetura durante mais de vinte anos de projetos e concursos realizados em seu escritório OMA. O trabalho se desenvolve considerando Paris e Berlim como cidades globais e suas correlações com os investimentos financeiros em áreas estratégicas dessas cidades que as tornaram atrativas para o mercado global, além de trazer reflexões sobre as mudanças dos últimos cinquenta anos no que diz respeito ao projeto urbano, tendo em vista as diferentes escalas e dimensões que a arquitetura assumiu na virada do século XX para o XXI.

**Palavras-chave:** intervenções urbanas. cidade espetáculo. tabula rasa revisitada. Rem Koolhaas. cidade contemporânea.

### **Introdução**

Koolhaas (1995) emprega o termo *Bigness* para designar o processo, ainda em curso, da arquitetura nas cidades globais, que perpassa questões econômicas e midiáticas, voltadas ao entretenimento e investimento do capital especulativo, em que a atuação profissional abarca a dimensão urbano-arquitetônica. Um novo olhar sobre os centros urbanos consolidados e a confrontação entre áreas centrais e periféricas corroboram para que novos processos de reestruturação urbana ocorram. Visando estabelecer dinâmicas urbanas nessas áreas, ao longo dos anos 1960, emergiram posturas em defesa da preservação urbana e da valorização histórica, culminando



mais tarde na substituição da cidade histórica pela cidade pós-histórica, sob uma ótica culturalista (Vázquez, 2004). Na perspectiva da cidade como negócio, os preceitos de gestão do território aproximam-se dos interesses empresariais, cedendo lugar ao “*city marketing*” e ao planejamento estratégico. Para Sanchez (2001) é o empresariamento urbano em que as cidades são postas à venda, culminando em intervenções articuladas ao capital privado ainda que coordenadas pelo poder público. Essas posturas buscam, em essência, a competitividade entre as cidades, visando destacá-las a partir de suas arquiteturas avaliadas por sua rentabilidade.

Sassen (1991) recorre ao termo “cidades globais” para caracterizar a articulação entre cidades e regiões, tendo em vista as relações intrínsecas entre os fluxos de informação e a atração de capital especulativo. Grande parte dos governantes buscam, desse modo, uma gestão do território que reforce a cidade como “nó” dessa dinâmica global ou busque meios para que suas cidades possam ser mais atrativas e relevantes no mercado global. Sassen (2008) cita que não existe uma única cidade global perfeita e completa; o que existe é um conjunto de características em cada cidade que as tornam mais ou menos atrativas para certos tipos de empreendimentos.

As reflexões de Koolhaas, sobre a cidade contemporânea, sinalizam uma nova dinâmica urbana em escala global, a qual ele define como *generic city* – o ápice da dilatação do projeto urbano e, posteriormente, como condição urbana contemporânea – dada a urbanização acelerada na Ásia, em que atuam os arquitetos-estrela, conformando um *starsystem*, celebrado e laureado com prêmios de destaque, como Prêmio Pritzker.

Mediante o exposto, a pesquisa visa mapear e caracterizar espaços urbanos que reforçam o termo cidades globais e revelam modelos bem-sucedidos de planejamento estratégico aplicados à gestão do território. Busca-se compreender, em primeiro momento, articular essas reflexões aos projetos urbanos em Paris e, depois,



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



em Berlim, importantes cidades globais europeias. A pesquisa, em sua continuidade, pretende analisar as intervenções urbanas dessas cidades na virada do milênio, considerando a sistematização de Vázquez (2004), a periodização histórica de Pasquotto e Oliveira (2010), as práticas arquitetônicas contemporâneas e as correlações entre o termo *urbanización* (MUÑOZ, 2008) e *Bigness* (KOOLHAAS, 1995) a fim de analisar a paisagem urbana e o papel dessas cidades na era da globalização, a saber: consolidação da União Europeia e a disseminação e processos de projeção correlacionados às escalas urbano-territorial e às relações globais e locais, considerando não mais o conceito de cidade mas o de metápoles (VÁZQUEZ, 2016).

## Material e Métodos

Para a viabilidade da pesquisa, discutiu-se o referencial teórico para elaboração um glossário de termos que buscam caracterizar a cidade contemporânea. Ao mesmo tempo, foi realizada, por meio da revisão bibliográfica, a aproximação entre os autores e as escalas propostas por Koolhaas para a caracterização das cidades globais. Em seguida, foi realizado o mapeamento de intervenções urbanas localizadas nas cidades de Paris e Berlim, onde concentram-se projetos urbanos relacionados à preservação de áreas históricas e proposição de novas áreas, sendo muitas delas decorrentes de concurso. A análise desses projetos, na sequência da pesquisa, será apoiada nos termos de Koolhaas e aproximações com referencial teórico, visando compreender o planejamento estratégico e processos de reestruturação urbana, articulados ao capital especulativo em escala global.



## Resultados e Discussão

A partir do século XIX, os países começaram a adotar práticas de intervenções urbanas visando a reestruturação das cidades no período após a Revolução Industrial. Primeiro, surgem as intervenções caracterizadas pelo embelezamento e sanitarismo, período que Boyer (1998) denomina como “*city as a work of art*”. Esse tipo de intervenção foi muito utilizado na Europa com a intenção de trazer mais racionalidade ao traçado das cidades medievais. A reforma de Paris é um exemplo que melhor expressa esse conceito de “embelezamento urbano”. Após este período tem-se as intervenções denominadas por “destruição criativa”; agora, os objetivos eram outros, precisavam tratar de questões como emprego, habitação adequada e previdência vinculados ao Estado do Bem-Estar Social. Neste período, marcado pelo pós-guerra e pelo “boom” econômico, os ideais modernistas de racionalização e funcionalismo eram fortemente utilizados.

As estratégias adotadas para alcançar os objetivos foram as demolições em massa chamadas de “arrasa-quarteirão”, construção de complexos habitacionais, transformação de ruas centrais em ruas pedonais e as primeiras cartas de proteção do Patrimônio Histórico. Após esta fase calcada na prevalência do novo sobre o antigo, o fascínio pelo passado e a nostalgia se tornaram um atrativo, indicando mudanças nas práticas preservacionistas na segunda metade do século XX. Ferrara (1983) explica este período como uma “[...] reidentificação do passado no tempo presente, ressuscitando a tradição, alvoroçando à memória coletiva, mas não inibindo a modernidade [...]”. Os objetivos eram recuperar a vitalidade dos centros e preservar o patrimônio arquitetônico, tendo em vista às reconsiderações teóricas da atuação da arquitetura e da cidade por partes. Ao longo dos anos 1960, diversos autores teceram críticas vorazes ao Movimento Moderno, desembocando na adoção da visão



culturalista, reforçando aspectos da cidade histórica e da cidade da disciplina, conforme aponta Vázquez (2004). Ao caracterizar essa postura, o autor ressalta as experiências europeias de intervir na cidade, condicionado ao existente.

A arquitetura dos últimos quarenta anos apresenta duas perspectivas: a conservação do passado e a inovação própria da prospecção do porvir na virada do milênio articulado ao trinômio globalização, capital financeiro e revolução técnico-informacional. Para Benévolo (2007), a estabilização demográfica, o processo de unificação política e a distância de conflitos mundiais, acenam para um cenário de gestão do existente e à criação do novo. Nesse sentido, há uma aproximação entre a gestão do patrimônio e o planejamento urbano, visando, sobretudo, dinamizar áreas centrais, áreas industriais obsoletas ou, ainda, expandir a cidade e propor articulações territoriais e metropolitanas. Em grande parte, nesses processos de reestruturação urbana, assiste-se à valorização de áreas históricas ou criação de novas centralidades, voltadas ao mercado imobiliário local ou inseridas na dinâmica global.

A partir da década de 1980, a imagem se torna muito importante e ganha notoriedade, conseqüentemente, as áreas históricas, principalmente o patrimônio arquitetônico, passam a ter mais visibilidade e importância no cenário urbano, despertando o interesse de investidores. A cultura local e a própria cidade adquirem um novo significado, sendo mercantilizadas, implicando em mudanças espaciais para adequação à reestruturação econômica pós Crise do Petróleo, o que para Sanchez (2003) refletem no termo “*cidade-espetáculo*”.

As cidades passam a ser administradas como empresas, o que Harvey (1996) chama de “*empreendedorismo urbano*”. Este movimento desperta um comportamento competitivo entre as cidades que, disputam entre si, para se tornarem mais atrativas tanto para quem vai consumir aquela ideia de cidade, quanto para quem vai investir na construção da cidade-espetáculo. O resultado desta mercantilização urbana é a “*Disneyfication*” das cidades, que são tratadas como parques temáticos visando a



venda de uma imagem artificial e forçada da cultura local. Koolhaas (1995) reúne diversos textos indicando essas mudanças, que, para Pantaleão (2016) revelam processos de modernização e readequação da lógica capitalista. Modifica-se, desse modo, o planejamento urbano que passa a adotar estratégias empresariais, além de adotar a parceria público-privada.

Conforme a cidade passa por tais transformações, é preciso que, ao projetar, seja levado em consideração as múltiplas escalas presentes. Vázquez (2004) entende este processo como uma sobreposição de camadas, onde cada uma possui características individuais, como questões ambientais ou histórico-culturais, mas que se desdobram e interseccionam entre si. O fato é que a cidade contemporânea é um organismo vivo complexo e incerto, já que, segundo Vázquez (2016), ela sofre a influência de variáveis econômicas, sociais, culturais e políticas complexas. Conforme Pantaleão (2021): “[...] novas arquiteturas são possíveis de alterar tanto o entorno em que está inserido quanto o tecido urbano, podendo revitalizar áreas degradadas, atrair investimentos, turistas e capital para uma determinada região e cidade.”

Isto fica claro em S,M,L,XL quando Koolhaas (1995) evidencia os projetos de escala Large (L) que adotam estratégias de modernização nas intervenções urbanas associadas a usos culturais, como o caso dos projetos da Era Mitterand, em Paris, das décadas de 1980-90 e as proposições da cidade por partes, em Berlim, após a Queda do Muro de Berlim. Koolhaas também descreve a escala *Extra Large (XL)* ao se referir ao investimento em infraestrutura em escala territorial associado à reinvenção urbana, que pode ocorrer no casco histórico ou nas áreas periféricas das cidades, reforçando a dilatação do território urbano em toda a Europa e, posteriormente a acelerada urbanização na Ásia no final do século passado.

Em um de seus textos, *Tabula Rasa Revisited*, Koolhaas (1995) discute a dilatação do espaço urbano e as diferentes posturas assumidas na capital francesa: as áreas centrais são preservadas com a inserção de equipamentos culturais



associados a valorização do espaço público e reforço dos monumentos já consagrados em Paris (figura 1).

Em Berlim, assiste-se a um novo ciclo do urbanismo com vistas à reinserção da capital alemã no cenário mundial após a reunificação, em 1989. Arantes (2012) comenta a atuação simultânea de mais de trezentos escritórios internacionais envolvidos nos projetos urbanos da cidade: um verdadeiro canteiro de obras que, para Vázquez (2004), caracteriza-se pela cidade pós-história, ou em outras palavras, o empresariamento urbano, conforme discorre Sanchez (2001). São megaprojetos emblemáticos que, para Muñoz (2008) reflete nos objetivos do poder local em converter Berlim numa cidade logo; as áreas centrais e periféricas (figura 2) são convertidas em oportunidades econômicas, levando a propagação de imagens midiáticas e, em consequência, contribuindo o para que Berlim pudesse figurar com uma das principais cidades globais.

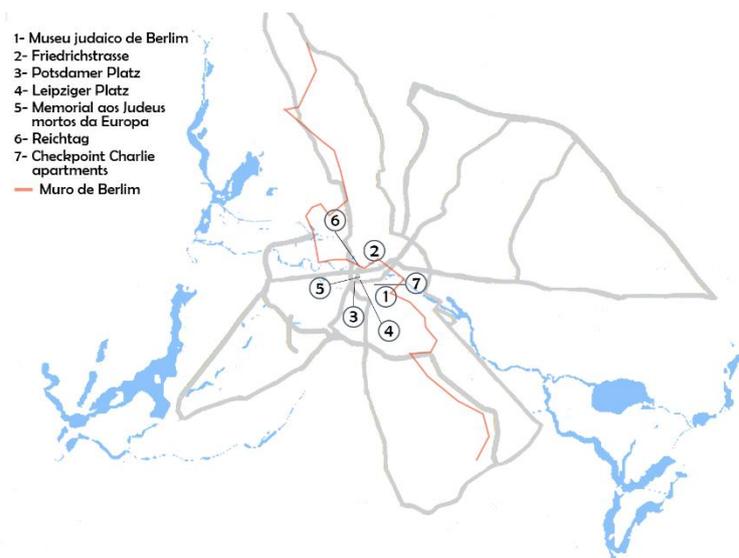


Figura 1: Indicação das áreas de intervenção em Berlim, confrontando a dimensão da área central que recebe projetos de grande escala. Fonte: Carmo, 2022.

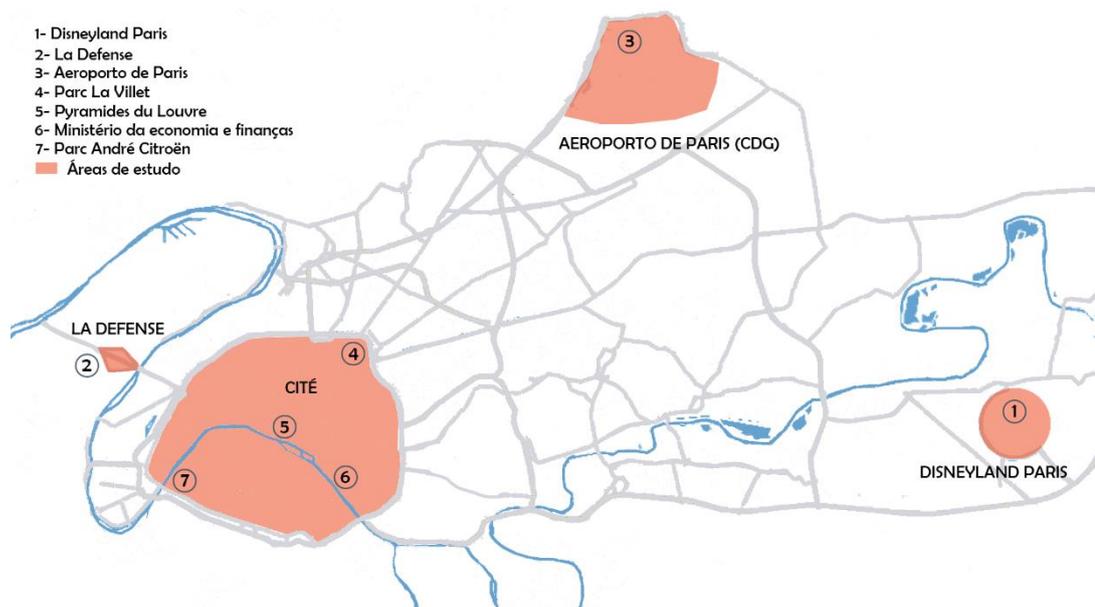


Figura 2: Indicação das áreas de intervenção em Paris, confrontando a dimensão da área central e áreas periféricas que recebem projetos de grande escala. Fonte: Carmo, 2022.

A leitura dos autores e o mapeamento das áreas destinadas aos projetos urbanos da virada do milênio reforçam reflexões e novos termos capazes de apreender as reestruturações econômicas que se especializam viam projetos urbanos em larga escala.

### Considerações Finais

As cidades globais, em especial Paris e Berlim, passaram por inúmeros processos de intervenções urbanas desde o século XIX, mais especificamente nos últimos 50 anos. Intervenções estas que influenciaram, principalmente, questões econômicas e midiáticas, proporcionando uma articulação entre as áreas centrais e periféricas das cidades. Após a segunda guerra, os países europeus passaram a ter uma postura de defesa da preservação urbana e do patrimônio histórico, colocando



um fim às práticas de renovação urbana, estabelecido pelo movimento moderno.

Após diferentes fases das intervenções urbanas como o embelezamento e sanitarismo, a destruição criativa e a revalorização dos espaços define o “*city marketing*”, em que a gestão da cidade ocorre sob um viés empresarial, dando palco para um embate entre cidades que buscam aumentar sua atratividade e relevância no mercado global. A importância que a imagem recebe após a década de 1980, coloca os patrimônios arquitetônicos em um pedestal, gerando enorme interesse nestas cidades históricas que vendem a cultura local e a paisagem urbana como “roupas de grife em vitrines”, resultando na “*Disneyfication*” dos centros urbanos. Ao falar sobre *Bigness*, Koolhaas evidencia o papel empregado às cidades contemporâneas, que através dos projetos urbanos, buscam o resgate e mercantilização de suas áreas históricas e a criação de novas centralidades em áreas periféricas, incentivando ainda mais a competitividade entre as cidades globais.

## Agradecimentos

Ao CNPQ pela bolsa de iniciação científica (PIBIC/CnPQ).

## Referências

ARANTES, O. B. F. **Berlim e Barcelona: duas imagens estratégicas**. São Paulo: Annablume, 2012.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. **Chai-na**. São Paulo: Edusp, 2011.

BENEVOLO, Leonardo. **A arquitetura no novo milênio**. São Paulo, Estação Liberdade, 2007.

KOOLHAAS, R.; MAU, B. **S, M, L, XL**. Nova York: Monacelli Press, 1995.



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



MUÑOZ, F. **Urbanización: paisajes comunes, lugares globales**. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.

PANTALEÃO, S. C. **Arquitetura metropolitana, cidade genérica e regime ¥€\$: a condição urbana contemporânea por Rem Koolhaas**. XV Seminário de história da cidade e do urbanismo - a cidade, o urbano, o humano. Goiânia, 2018.

PANTALEÃO, S. C. **Factoring Cities e Regime ¥E\$™: a dimensão Bigness da arquitetura contemporânea, dinâmica territorial e paisagens espetaculares**. CEPE. Universidade Estadual de Goiás. p. 2-9, dez, 2021.

PASQUOTTO, G. B.; OLIVEIRA, M. R. da S. **As periodizações nas intervenções urbanas: uma análise das classificações de “Vargas & Castilho”, “Boyer” e “Simões Jr.”**. Labor & Engenho, Campinas [Brasil], v.4, n.3, p.29-43, 2010. Disponível em: <[www.conpadre.org](http://www.conpadre.org)>

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades da virada do século: agentes, estratégias e escalas de atuação políticas**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 16, p. 31-49, jun. 2001.

SASSEN, S. **Cities in a World Economy**. Thousand Oaks: Pine Forge Press. 2000.

VÁZQUEZ, C. G. **Ciudad Hojaldre**. Editorial Gustavo Gili: Barcelona, 2004.

\_\_\_\_\_. **Teorías e historia de la ciudad contemporânea**. Editorial Gustavo Gili: Barcelona, 2016.

VICENTINI, Y. **Teorias da cidade e as reformas urbanas contemporâneas**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Paraná, n. 3, p. 9-31, jan./jun. 2001.

REALIZAÇÃO

PRG  
Pró-Reitoria de  
Graduação

PRP  
Pró-Reitoria de  
Pesquisa e  
Pós-Graduação

PRE  
Pró-Reitoria de  
Extensão e  
Assuntos Estudantis



Universidade  
Estadual de Goiás



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



## IMPLICAÇÕES DA COVID-19 PARA PESQUISA DE CAMPO NO USO DO MÉTODO DE VALORAÇÃO CONTINGENTE- MVC

**Alexandre Marques e Sousa<sup>1\*</sup>(IC); Joana D’Arc Bardella Castro<sup>2</sup>(PQ)**

1: Aluno pesquisador de Iniciação Científica- CNPq do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Goiás– Campus CSEH. E-mail: alexandre.marques.sousa@gmail.com

2: Orientadora, docente do curso de Ciências Econômicas, UEG/Campus CSEH Anápolis - Doutora pela UnB

**Resumo:** A pandemia da COVID-19 trouxe diversas transformações no dia a dia, incluindo para as pesquisas científicas, uma vez que a vida de praticamente toda a população mundial foi afetada de alguma maneira, se não diretamente pelo vírus, mas de seus efeitos colaterais de sua propagação na economia e outros aspectos da vida diária. O caso específico das Valorações Ambientais, no método Contingente, que trabalha com a opinião das pessoas em relação a um bem natural que precisa ser avaliado, a mudança na vida das pessoas pode levar a mudança nas suas repostas a valoração. Esse trabalho buscou analisar quais os efeitos que a pandemia teve no Método Contingente se algum. Para tanto foram analisados trabalhos no ano anterior e nos anos subsequentes ao aparecimento de disseminação mundial do Corona Vírus. Com a análise dos textos, comparando os trabalhos não foi encontrada mudanças óbvias na aplicação e resultados dos artigos que trabalharam com o método.

**Palavras-chave:** Valoração Ambiental. Covid-19. Método Contingente. Pandemia.

### Introdução

A pandemia de COVID-19 que começou em escala planetária em 2019 afetou



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



profundamente a economia e as relações sociais entre as pessoas. A tendência de trabalho e estudo remoto se aprofundou, antigas ferramentas foram adaptadas e novas surgiram para dar suporte a essa transformação.

No âmbito econômico houve diversas mudanças no comportamento das pessoas, com algumas indústrias falindo ou à beira da falência enquanto outras prosperaram. Em maior relevância deste trabalho temos o caso da indústria do turismo, principal fonte de renda das reservas ambientais, que sofreu muito com os “lockdowns” e restrições.

A valoração econômica ambiental busca dar valor econômico a esses recursos de difícil análise. Os métodos são descritos nesse trabalho parcial, com ênfase ao Método da Valoração Contingente. Este último método é baseado na opinião das pessoas sobre quanto elas pagariam ou aceitariam por recursos ambientais.

O trabalho completo busca analisar os efeitos da COVID-19 nessa avaliação, uma vez que os impactos na vida das pessoas podem ter alterado o quanto elas valorizam os recursos naturais. Seja por mudanças na renda, comportamento ou valores, o impacto da COVID-19 sobre todos os aspectos da economia não deve ser subestimado.

## Material e Métodos

A pesquisa bibliográfica tem a possibilidade de cobrir uma gama de fatos, uma vez que possibilita um encontro com a realidade do sujeito (BARBETTA, 2012).

A seleção dos artigos para pesquisa bibliográfica se deu através da mídia



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



eletrônica, no portal Capes, SciELO, Google Acadêmico. As palavras de busca foram Pandemia, covid-19, Método de Valoração, Valoração Contingente.

## Resultados e Discussão

### Métodos de Valoração

Todos os seres vivos precisam do ecossistema e recursos naturais para sobreviverem, com as complexas relações entre eles. O ser humano também está inserido nessa condição, portanto recursos naturais possuem valor, sejam eles éticos, morais ou econômicos. A valoração ambiental procura dar um valor econômico a esses recursos, principalmente em quanto a população humana estaria disposta a pagar para melhorar ou ampliar os recursos ambientais.

O valor econômico dos bens pode ser resumido (RIBEIRO,2009) em Valor de Uso (VU), que é dividido entre Valor de Uso Direto (VUD), que é a apropriação direta desses recursos, o Valor de Uso Indireto (VUI), que são os benefícios indiretos gerados das funções ecossistêmicas, e Valor de Opção (VO), que é a intenção de usar do VUD ou VUI no futuro. O Valor de Não-uso (VNU) é composto pelo Valor de Existência (VE), que é o valor de se não consumir o bem por diversos fatores. Quando se soma esses valores se obtém o Valor Econômico do Recurso Natural (VERA).

Existem diferente métodos de valoração, divididos em métodos diretos e indiretos. Os métodos de valoração diretos procuram inferir as preferências individuais por bens ou serviços ambientais a partir de perguntas feitas diretamente às pessoas, e estes estabelecem suas preferências em relação ao recurso ambiental (MOTTA,1997).

Dentro dos métodos indiretos, catalogados por RIBEIRO (2009), estão:

- 1- Método da Produtividade Marginal: Este método tem como princípio que alterações no estado de certos atributos ambientais podem influenciar, direta ou indiretamente, os custos. Portanto, o valor



dessas variações na produtividade serve como uma estimativa do valor alterado ambiental que as provocou (CAVALCANTI, 2002).

- 2- Método de Mercado de Bens Substitutos: Quando não conseguimos obter diretamente o preço de um produto que está sendo afetado por uma alteração ambiental, podemos estimá-lo por meio de algum substituto existente no mercado (CAVALCANTI, 2002).
- 3- Método do Custo de Reposição: Este método se baseia na avaliação dos gastos que seriam necessários para repor a capacidade reprodutiva de um recurso natural que tenha sido degradado, de maneira a restabelecer a qualidade ambiental inicial. Esses custos podem ser interpretados como o valor da degradação ambiental. Seriam, então, os valores reais, a preços de mercado, de alternativas tecnológicas capazes de, pelo menos em parte, restaurar serviços ambientais que eventualmente tenham sido destruídos, provocando a diminuição no fluxo desses serviços. Este método usa o custo de reposição como uma aproximação da variação da medida de bem-estar em função do recurso ambiental (PEARCE, 1993).
- 4- Métodos dos Custos Evitados: Este método estima os gastos que seriam incorridos em bens substitutivos sem alterar a quantidade consumida ou a qualidade do recurso. O bem substituto não deve gerar outros benéficos aos indivíduos além de substituir o recurso ambiental analisado e deve ser um substituto perfeito do recurso ambiental. (CAVALCANTI, 2002).
- 5- Método do Custo de Controle: Baseia-se na utilização de preços de mercado de gastos potenciais, relacionando-os com o bem natural, ao estabelecer padrões de qualidade ambiental e estimar o custo monetário para se manter ou alcançar esses padrões estabelecidos.



Uma vez escolhido o padrão ambiental a ser utilizado, são examinados os vários meios de se atingirem esses padrões, avaliando-se os custos de capital e de operação de diferentes tecnologias e métodos de controle ambiental. (MOTTA, 1997).

- 6- Método do Custo de Oportunidade: A preservação de um recurso ambiental resulta num custo que deve ser medido para permitir a partilha entre os diversos agentes que aproveitam os benefícios da conservação. Toda preservação traz um custo de oportunidade das atividades econômicas que poderiam estar sendo desenvolvidas na área de proteção. O custo de oportunidade reflete as perdas econômicas da população em razão das restrições de uso dos recursos ambientais. O benefício da conservação seria o valor de uso direto do recurso ambiental, estimado pela receita perdida em função da não utilização do sítio para outras atividades econômicas. (CAVALCANTI, 2002).

Os métodos diretos, que buscam as informações sobre valor por perguntas diretas as pessoas, são, como catalogados por RIBEIRO (2009):

- 1- Método do Custo de Viagens: É uma das mais antigas metodologias de valoração econômica. Ela é utilizada para a valoração de sítios naturais de visitação pública. O valor do recurso ambiental será estimado pelos gastos acarretados pela visita ao local, inclui-se o transporte, o tempo de viagem, a taxa de entrada e outros gastos (MOTTA, 1997)
- 2- Método dos Valores Hedônicos: O método de preços hedônicos “pretende estimar um preço implícito por atributos ambientais característicos de bens comercializados em mercados, através da



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



observação destes mercados reais nos quais os bens são efetivamente comercializados” (ORTIZ, 2003, 88). Os dois principais mercados hedônicos são o mercado imobiliário e o mercado de trabalho (CAVALCANTI, 2002).

- 3- Método da Valoração Contingente: Esse método utiliza o processo de perguntar às pessoas o quanto elas estariam dispostas a pagar por um benefício, pela restauração ou preservação do ambiente natural, ou quanto elas estariam dispostas a receber como compensação para tolerar uma determinada queda na qualidade ambiental (MERICCO, 2002; MOTTA, 1998; ORTIZ, 2003). Esse é o método do qual o trabalho completo irá abordar as transformações causadas pela COVID-19.

### **Trabalhos encontrados**

Foram encontrados e analisados nesse para esse relatório os seguintes trabalhos, detalhados no Quadro 1.


**Quadro 1:** Amostra de Trabalhos Em Valoração Contingente no Brasil de 2019 a 2021

Título	Autor	Ano
Valoração econômica ambiental: Comparação de técnicas em uma unidade de conservação urbana, Cuiabá, Mato Grosso.	DA SILVA, Izabel Gonçalves et al.	2019
Valor de preservação do parque Nacional de Ubajara: uma aplicação do método de valoração contingente.	ARAGÃO, Tiago Bessa; ARAÚJO, Rogério César Pereira de.	2019
Valoração dos Serviços Ecosistêmicos Culturais: mensuração econômica do Bumba meu Boi do Maranhão.	PINTO, Sérgio Roberto et al.	2019
VALORAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS EM SISTEMAS AGROFLORESTAIS: UMA ABORDAGEM DO MÉTODO DE VALORAÇÃO CONTINGENTE.	SOARES, Jaine Aparecida Balbino.	2020
Valoração econômica do Arboreto da Universidade de Brasília.	ALVARES, Manuella de Rezende.	2020
Valoração contingente como instrumento para análise socioambiental do valor de acesso: o caso do Parque das Andreas em Pacatuba (CE).	BRITO, Jefferson; PAIVA, Gheysa Mara Carneiro.	2020
Valoração contingente dos ecossistemas do estuário dos Bons Sinais pelas comunidades locais.	MABOTA, Humberto Silvestre.	2021
Valoração econômica dos danos ambientais de Mariana: uma análise a partir do método de valor contingente.	SILVA, Rafael et al.	2021
. Valoração ambiental da água em uma bacia hidrográfica no semiárido brasileiro	DOS REIS, Josimar Vieira et al	2021

Fonte: Google Acadêmico (2022)

Elaboração: SOUSA (2022)

## Mudanças Ocorridas

A pandemia de Covid-19, que teve seus anos de maior intensidade em 2020 e 2021, teve efeitos na maioria dos aspectos da vida da população brasileira. No âmbito econômico houve queda nos empregos, demanda e consumo, o que levou a queda de renda da maioria da população. A obrigatoriedade de vários períodos de isolamento obrigatório também ocasionou mudanças na vida das pessoas, com a elevação de estudo e trabalho remotos.

Quando ao Método de Valoração Contingente as mudanças não foram óbvias. A comparação dos valores obtidos em 2019 e nos anos após a pandemia não demonstraram o impacto que a covid-19 teve na economia e logo teriam na disposição das pessoas em pagar por recursos ambientais. As aplicações de questionários aparam obtenção das informações já era dividida entre o uso de meios digitais, como e-mail e mídias sociais e de questionários presenciais aplicados presencialmente. Não houve mudança significativa que possa se atribuir a Covid-19.



## Considerações Finais

Esse trabalho não conseguiu encontrar impacto significativo da Covid-19 na aplicação do Método de Valoração Contingente no Brasil no período de 2019 a 2021. Portanto, apesar da pandemia ter afetado a vida diária, nesse aspecto, o da valoração, não foi possível observar efeitos fortes de alteração.

## Agradecimentos

Agradecimentos ao CNPq pela oportunidade de realizar esse trabalho com a concessão de bolsa e a Universidade Estadual de Goiás pelo apoio.

## Referências

ARAGÃO, Tiago Bessa; ARAÚJO, Rogério César Pereira de. **Valor de preservação do parque Nacional de Ubajara: uma aplicação do método de valoração contingente.** 2019.

BRITO, Jefferson; PAIVA, Gheysa Mara Carneiro. **Valoração contingente como instrumento para análise socioambiental do valor de acesso: o caso do Parque das Andreas em Pacatuba (CE).** *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, v. 13, n. 2, p. 240-254, 2020.

CASTRO, J. D. B.; NOGUEIRA, J. M. **Valoração econômica do meio ambiente: teoria e prática.** Curitiba: CRV, 2019.

CAVALCANTI, C. (org.) **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2002.



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



DASGUPTA, P., ***The Economics of Biodiversity: The Dasgupta Review***. London: HM Treasury, 2021.

DA SILVA, Izabel Gonçalves et al. **Valoração econômica ambiental: Comparação de técnicas em uma unidade de conservação urbana**, Cuiabá, Mato Grosso. Proficiência, n. 12, p. 154-169, 2019.

DOS REIS, Josimar Vieira et al. **Valoração ambiental da água em uma bacia hidrográfica no semiárido brasileiro**. *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais*, v. 12, n. 7, p. 560-571, 2021.

MABOTA, Humberto Silvestre. **Valoração contingente dos ecossistemas do estuário dos Bons Sinais pelas comunidades locais**. 2021. Tese de Doutorado. Universidade Eduardo Mondlane.

MOTTA, R. S. **Manual para valoração econômica de recursos ambientais**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1997.

PEARCE, D. W. **Economic values and the natural world**. Massachusetts. The MIT Press, USA, 1993.

OMS -*Organização Mundial da Saúde*. **Palavras do diretor-geral no briefing da mídia sobre 2019-nCoV em 11 de fevereiro de 2020**.

<https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-remarks-at-the-media-briefing-on-2019-ncov-on-11-February-2020> (Acessado em 12 de abril de 2021).

PINTO, Sérgio Roberto et al. **Valoração dos Serviços Ecossistêmicos Culturais: mensuração econômica do Bumba meu Boi do Maranhão**. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, v. 12, n. 5, 2019.

RIBEIRO, Gregório Dias. **Valoração ambiental: síntese dos Principais métodos**. 2009.

SANTOS, B. **Vírus: tudo o que é sólido desmancha no ar**. In: TOSTES, A.; MELO FILHO, H. (org.). *Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois*. Bauru: Canal 6, 2020. p. 45- 50. Disponível em: <https://editorap Praxis.com.br/quarentena/>. Acesso em: 06 abr.2021.



IX Congresso de Ensino,  
Pesquisa e Extensão da UEG



SILVA, Rafael et al. **Valoração econômica dos danos ambientais de Mariana: uma análise a partir do método de valor contingente.** 2021.

SOARES, Jaine Aparecida Balbino. **Valoração de serviços ambientais em sistemas agroflorestais: uma abordagem do método de valoração contingente.** 2020.

REALIZAÇÃO

PRG  
Pró-Reitoria de  
Graduação

PRP  
Pró-Reitoria de  
Pesquisa e  
Pós-Graduação

PRE  
Pró-Reitoria de  
Extensão e  
Assuntos Estudantis



Universidade  
Estadual de Goiás



## **MONUMENTO EM AÇÃO: ativismo artístico e o espaço urbano**

**João Pedro de Oliveira Santos (IC)\*, Geovanna Castro Meireles (IC), Milena D’Ayala Valva (PQ)**

os.joaopedro@hotmail.com

CAMPUS CENTRAL. CET. ANÁPOLIS

O presente trabalho, configura um estudo acerca das relações entre os monumentos permanentes na paisagem das cidades e sua posição historiográfica descrita através da linguagem artística expressa pelo seu significado, forma, e função. O estudo, coloca em ênfase, analisar como os significados culturais e simbólicos produzidos por uma sociedade ao longo dos anos, podem ser compreendidos através da relação entre o monumento e o ativismo artístico, evidenciado na materialização de monumentos históricos e culturais presentes no cenário urbano. A análise proposta, visa compreender como estes elementos são interpretados a partir do seu significado e valores, em relação a sua posição geográfica e histórica, por manifestações artísticas e culturais que elencam debates e reflexões sobre a presença dos monumentos nas cidades, e as motivações geradas a partir desta colocação, que contribuem para a discussão sobre a revisão formal da ideia de monumento atualmente, em função do fluxo cotidiano e a presença dos monumentos no espaço público.

Palavras-chave: símbolos. monumentos. cidade. arte. manifestações. urbano

### **Introdução**

O historiador Jacques Le Goff (2003), destaca que a origem do termo monumento está no verbo monere, que significa fazer recordar. O valor cognitivo dos monumentos históricos é algo sólido na sociedade moderna e o seu valor artístico foi amplamente analisado por estudos como por exemplo o de Alois Riegl (2006) no início do século XX, que colocou em evidência a categoria de “memoração”, ligados ao passado e por isso importantes condutores da memória, e o valor da “contemporaneidade”, que nos coloca frente aos desafios do presente.



Françoise Choay (2001), a partir dos estudos de Riegl, desenvolveu uma análise importante sobre os valores para a história e para a história da arte em relação aos valores artísticos, além desses dois, a autora destacou a relevância de se pensar no valor de “ancianidade”, tratado por Riegl como a transição inerente às criações humanas, que leva ao longo dos tempos à degradação, bem diferente ao valor da novidade, daquilo que está fresco, intacto, e por isso considerado sempre belo. ( CHOAY, 2001).

Contradições, conflitos nas análises sobre o significado dos monumentos favorecem um debate sempre vivo acerca desse tema, em diferentes contextos, em função de fatores políticos, ideológicos, e revisão histórica. Recentemente, é visto ações de manifestações ativistas que recolocam o foco sobre esse tema, incluindo em alguns casos a demolição ou destruição de determinados monumentos. Cristina Freire (1997) utilizou o termo “ monumentos em trânsito” para relatar ações que às vezes surgem por iniciativa do próprio poder público ou das guinadas em função das atualizações ideológicas e que indicam a remoção ou mudança de lugar de alguns monumentos, que corresponde a uma ação menos destruidora do que a degradação e demolição, pode ser percebida através de performances e linguagens artísticas que mesmo sem retirar o monumento da cena urbana, provocam debates e reflexões importantes. Mário Caeiro (2014), destaca que nos últimos tempos tem emergido uma cidadania social, e mais especificamente uma cidadania artística, fruto de narrativas diferentes que movem intenções transformativas em busca de futuros alternativos. Nesse sentido, esse trabalho quer questionar: Como manifestações artísticas ou ativismos culturais têm contribuído para uma revisão formal da ideia de monumento na atualidade? Como é a percepção dos monumentos nas cidades atualmente?

## Material e Métodos



Os procedimentos metodológicos estruturam a pesquisa a partir de revisões bibliográficas, levantamento de imagens, levantamento de produções artísticas, acompanhamento do tema nas redes sociais, transmissões ao vivo, em diferentes canais de comunicação. Desta forma, a leitura e fichamento de obras referências, com obras atuais, configuram um quadro expositivo acerca do tema. Foi criado um banco de imagens e selecionadas para discussão, aquelas que abordaram a discussão conceitual reconhecida e enfatizada por um grupo de estudo/coletivo/ativistas. Os principais grupos analisados, foram Grupo de ação (SP) e Grupo Demonumenta (FAU/UsP). A realidade sobre a relação da sociedade com os monumentos foi mapeada a partir de depoimentos coletados na internet, entrevistas já publicadas com os grupos selecionados e material fornecido pela prof. Milena d'Áyala, que há mais de 10 anos faz um mapeamento do conhecimento sobre monumentos em Goiânia e Anápolis com alunos do 5.º período do curso de arquitetura e urbanismo da UEG.

## Resultados e Discussão

O conteúdo histórico e estético de uma cidade pode ser analisado por meio da relação da população com seus monumentos. De acordo com Cristina Freire (1997) os monumentos estão carregados de sentido simbólico e testemunham sistemas mentais da época em que foram criados, misturando os tempos presente e passado, revelando histórias individuais e coletivas.

A presença de monumentos no espaço urbano permite a experimentação de um passado que se faz ainda presente. Para Aldo Rossi (2001), essa presença física do passado através dos monumentos reforça também a persistência dos traçados e dos planos urbanos, devido ao valor da memória constituída sobre os monumentos.

As paisagens das cidades contemporâneas estão congestionadas o que



contribuiu para a ofuscação desses elementos na cidade. No espaço público, existem inúmeros monumentos que retratam personagens e situações desconhecidas da grande maioria. A dinâmica das cidades configuraram um alto fluxo transitório que mascaram e ofuscam esses monumentos em meio ao cenário urbano, diluindo a curiosidade e a compreensão da sua posição, seu significado, sua função pedagógica se torna ausente, e a memória dos monumentos se perde, em meio ao consumo rápido de informações.

Os monumentos são produtos de uma intencionalidade, desempenhando determinadas funções e, quando perdem essas funções, se convertem em ruínas. A relação que as sociedades mantêm com os monumentos, sofreu muitas modificações ao decorrer da história. Em muitas revoluções e revoltas das massas, os monumentos foram alvos de ações que colocaram em risco sua permanência.

Em 2020, muitas manifestações populares se posicionaram contra monumentos símbolos de momentos da história associadas à escravidão e ao colonialismo em diferentes lugares do mundo. Os movimentos surgiram de uma grande revolta e indignação sobre a posição histórica e geográfica desses elementos na cidade, reivindicando uma nova interpretação da História, que resultou na degradação e demolição de muitos monumentos.

No Brasil, a repercussão desse movimento tomou conta das redes sociais, com manifestações e ataques organizados através de abaixo assinados contra monumentos em São Paulo, como por exemplo o Monumento à Bandeira e a estátua do Bandeirante Borba Gato. Em Goiânia, o alvo de grande manifestações é a estátua do Bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, localizada no centro da cidade.

Em função dessas manifestações, coletivos, grupos de artistas e pesquisadores, ou mesmo ações individuais, têm apresentado estratégias para impulsionar uma revisão histórica sobre determinados monumentos. No Brasil,



alguns grupos de manifestantes mais estruturados têm organizados ações, com enfoques ativistas, e promovendo intervenções em monumentos consagrados que retratam personagens ou imagens de um Brasil colonial com o objetivo de questionar a homenagem sem destruí-las, com ações visuais de grande impacto nas redes sociais. Em São Paulo por exemplo, existe o Grupo de Ação<sup>1</sup>, que tem promovido várias performances pela cidade em monumentos e em datas bastante representativas (figura 1, 2, 3 e 5), tem como objetivo crítico questionar a história que os monumentos carregam, ao colocar caveiras em frente aos monumentos, reivindicando a ressignificação do objeto.



Figura 1-Intervenção na Estátua de Borba Gato- São Paulo. GRUPO DE AÇÃO -SP



Figura 2- Intervenção na estátua do Anhangüera. Avenida Paulista. São Paulo- GRUPO DE AÇÃO -SP



Figura 3 – Intervenção n Monumento a Duque de Caxias. 07 setembro 2020. GRUPO DE AÇÃO-SP

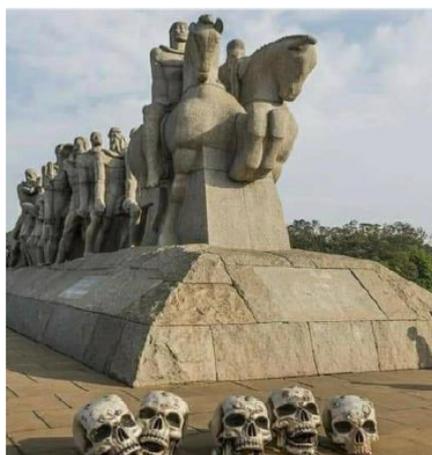
Em outro momento, o artista Waldo Bravo<sup>2</sup> propôs colocar na estátua de Borba Gato, localizada em Santo Amaro, em São Paulo, correntes presas em uma bola de metal, e uma grade simulando uma jaula medieval (figura 4). Aprisionar quem aprisionou, seria o objetivo de provocar novas interpretações decolonizantes de fatos históricos no Brasil.

<sup>1</sup> **Grupo de Ação**, é um grupo aberto, formados por artistas, estudantes, professores, intelectuais, simpatizantes de diversas formações, se autodenomina ser uma aliança suprapartidárias e anticapitalistas de pessoas movidas por uma força sem nome próprio, feita no acaso e necessidade ( para saber mais @grupodeacao\_).

<sup>2</sup> **Waldo Bravo** é um artista chileno que trabalha em São Paulo com intervenção urbana, arte conceitual, fotografia e arte relacional. ( Para saber mais [www.waldobravo.com.br](http://www.waldobravo.com.br)). Na obra apresentada aqui, ele trabalhou com o artista e sociólogo Antônio Carlos Fortis.



*Figura 4 – Proposta de Intervenção Urbana “Ressignificando a história” autores: Antonio C. Fortis e Waldo Bravo. Fonte: @waldobravo*



*Figura 5 – Intervenção no monumento à Bandeira. GRUPO DE AÇÃO.*



*Figura 6. Intervenção no Monumento à bandeira obra do artista indígena Denilson Baniwa. Fonte: @artequeacontece*

Intervenções com laser, iluminando com mensagens ou cores, também tem sido uma estratégia de comunicação artística para promover debates, novas análises, mantendo na paisagem urbana esses monumentos, mas, abalando a história oficial ( figura 3 e 6).

Em Anápolis, o artista Joardo Filho inaugurou uma exposição no Museu de Artes Plásticas de Anápolis em julho de 2017 com o título “ Espaços invisíveis”. Nessa ocasião, o artista levantou a questão do esvaziamento dos monumentos na atualidade, abordando a crise dos significados originais desses pontos focais, marcos urbanos que na atualidade são vistos sob outra perspectiva, como expressões autoritárias, símbolos de discursos dominantes. De acordo com o crítico Divino Sobral (2017) Joardo filho:



Utiliza o monumento com a finalidade de discutir a crise pela qual passa a memória coletiva contemporâneas, considerando-a como consequência do não reconhecimento dos marcos simbólicos oficiais, expressado por segmentos da sociedade que não se sentem representados ou se sentem oprimidos por tais símbolos.

No cruzamento da Avenida Goiás com a Avenida Anhanguera, onde está localizada em um pedestal alto a estátua do Bandeirante, olhando fixo rumo à oeste, Joardo Filho através da manipulação digital apaga a estátua, projeta a ausência:

A minha forma de participar dessa discussão, como artista, foi com uma intervenção indireta, através da imagem. Para questionar a presença do Bandeirante, tentei criar com a fotografia Sem título (Figura 01) um pequeno ruído na realidade, usando o suposto caráter documental que a linguagem fotográfica carrega. Ou seja, a manipulação digital que retira a estátua do pedestal é feita para ter aparência de verdade. Apresento essa realidade imaginada como um comentário político sobre o colonialismo sertanista (FILHO, 2022, pg. 146).



Figura 8. Obra sem título. Joardo Filho em "espaços invisíveis".. Impressão fotográfica sobre papel algodão. 72x110 cm.

## Considerações Finais

O reconhecimento dos monumentos é hoje um tema central para (re)pensarmos a nossa sociedade, sua relação com a memória e nossa história. O passado da memória é feito da memória dos lugares e os lugares estão carregados



de símbolos, marcos e referências. A tomada de consciência sobre as mensagens que esses marcos carregam é necessária e importante, mas, a destruição de símbolos do passado não parece ser uma boa opção. Questionar a história não pode equivaler a apagar seus vestígios. Percebemos que os monumentos são objetos importantes de estudos e reflexão e a arte, em suas infinitas possibilidades, parece ser uma saída para aliar reconhecimento, análise crítica e ressignificações. Outros desdobramentos a partir desse estudo inicial são possíveis e podem auxiliar nessa reflexão que nos leve a um melhor entendimento de quem somos e como nos relacionamos com o nosso passado.

## Agradecimentos

Agradecemos à Universidade Estadual de Goiás pelo espaço aberto para troca de experiências. Agradeço ao CNPQ pela bolsa concedida, à minha orientadora Milena D'Ayala e aos colegas de Iniciação Científica.

## Referências

ARGAN, Giulio . **História da Arte como História da cidade**. São Paul: Martins Fontes, 1995.

CAEIRO, Mário. **Arte na cidade**. Lisboa: temas & Debates, 2014.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001

FILHO, Joardo. Sobre deixar Pedestais Vazios: Reflexões A Partir da Produção Artística. IN: **ARTE E MONUMENTOS : ENTRE O ESQUECIMENTO E A MEMÓRIA** [Ebook] / organizadores, Duarte-Feitoza e Silva Sá. Goiânia: Cegraf



UFG, 2022. 273 ( e-book)

FREIRE Cristina. **Além dos mapas**. São Paulo: Annblume, 1997.

LE GOOF, Jacques. **Memória e História**. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

PEIXOTO, Nelson Brissac. **Paisagens Urbanas**. São Paulo: Fapesp/Senac, 1996.

QUIROGA, Samuel & CAYUQUEO, Pablo. Decolonialidade no Espaço Público. IN: **ARTE E MONUMENTOS : ENTRE O ESQUECIMENTO E A MEMÓRIA** [Ebook] / organizadores, Paulo H. Duarte-Feitoza e Rubens Pilegi da Silva Sá. Goiânia : Cegraf UFG, 2022. 273 ( e-book)

RIEGL, ALOIS. **Culto moderno aos monumentos**. Goiânia: Editora PUC/GO, 2006.

ROSSI, Aldo. **Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SAFLATE, Wladimir. A imposição da memória. IN: **Carta Capital**, 13/06/2013. Disponível em < Vladimir Safatle: A imposição da memória - Vermelho >

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: edusp, 2008.

SOBRAL, Divino. Espaços Invisíveis, de Joardo Filho. IN: **Catálogo da Exposição**. Anápolis, Museu de Artes Plásticas de Anápolis, 2017.

VALVA, Milena d’Ayala . Projeto de pesquisa “ **MONUMENTOS NA CIDADE: memória pública, ideologia e simbolismo**”. UEG, 2021.

Perfis no Instagram: @Waldo.bravo;@Grupodeação\_;@artequeacontece

REALIZAÇÃO

PRG  
Pró-Reitoria de  
Graduação

PRP  
Pró-Reitoria de  
Pesquisa e  
Pós-Graduação

PRE  
Pró-Reitoria de  
Extensão e  
Assuntos Estudantis



Universidade  
Estadual de Goiás